

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123.249 - AL (2020/0020069-2)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : JACKSON DOS SANTOS SILVA (PRESO)**  
**RECORRENTE : CARLOS ANDRE SANTOS DO NASCIMENTO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **JACKSON DOS SANTOS SILVA** e **CARLOS ANDRÉ SANTOS DO NASCIMENTO**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Consta nos autos que os recorrentes tiveram a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, II, c/c 61, II, h, do Código Penal.

Nesta Corte, sustentam, em síntese, que sofrem constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

Requerem o relaxamento da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido.

Parecer do Ministério Público pelo não provimento do recurso.

**É o relatório.**

Segundo orientação pacificada nos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser consideradas as particularidades do caso concreto e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado (RHC 58.140/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 30/9/2015; RHC 58.854/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/9/2015, DJe 30/9/2015).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que afastou a alegação de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo nos seguintes termos:

"Especificamente em relação ao tempo de prisão, deve-se registrar que os pacientes foram presos em 09/03/2019 e o magistrado informou que determinou a designação da audiência de instrução e julgamento (22/08/2019), razão pela qual entendo que inexistente constrangimento ilegal no feito de origem, sobretudo diante da especial gravidade do fato de que os pacientes são acusados.

Compulsando os autos de origem, verifica-se que a denúncia foi oferecida em 29/04/2019 e, após decisão a recebendo, prolatada em 31/05/2019 e julgamento de *habeas corpus* impetrado em favor de um dos pacientes (29/05/2019), determinou-se a citação dos réus, o que foi feito mediante carta precatória, sendo apresentadas respostas à acusação em 15/06/2019 e 21/09/2019, estando o feito aguardando a realização da audiência de instrução e julgamento.

Da contagem aritmética dos prazos, nota-se que da prisão até o julgamento do presente *habeas corpus* passaram-se aproximadamente

06 (seis) meses, tempo este considerado razoável, ponderando, sobretudo, atual estágio do processo, qual seja, aguardando a realização da audiência de instrução.

Frise-se, ademais, que "os prazos para a finalização dos atos processuais não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade" (HC 263.864/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 01/08/2013).

Assim, aplicando ao caso concreto um juízo de razoabilidade, vê-se que não há, ainda, desproporcionalidade, de modo a tornar ilegal o constrangimento que ora se impõe aos pacientes, não sendo caso de relaxamento da prisão, uma vez que o processo de origem teve seu trâmite regular, estando apenas, no momento, aguardando a realização da audiência de instrução." (e-STJ, fls.211-212).

Colhe-se do site do TJAL, despacho proferido pelo Juízo de origem:

"1. Os acusados foram presos em flagrante em 09/03/2019 pela prática do crime tipificado no art. 157 do Código Penal (fls. 1/40). 2. Em 11/03/2019 o juízo plantonista homologou o Auto de Prisão em Flagrante e na oportunidade converteu-o em prisão preventiva (fls. 41/44). 3. Por meio da audiência de custódia, realizada no dia 12/03/2019, este juízo tomou ciência da decisão proferida pelo Juízo plantonista, mantendo a decretação da prisão preventiva dos flagranteados Carlos André Santos do Nascimento e Jackson dos Santos Silva em todos os seus termos (fls. 47/50). 4. Em 14/03/2019 a autoridade policial remeteu o inquérito policial concluído, juntado-se ao processo em referência (fls. 51/106). 5. Em 29/04/2019 o representante do Ministério Público apresentou denúncia (fls. 139/143). 6. Em 03/06/2019, este juízo proferiu decisão interlocutória recebendo a denúncia ministerial em desfavor dos acusados (fls. 146/147). 7. Em 15/06/2019 o acusado Jackson dos Santos Silva apresentou resposta à acusação (fls. 159/161). 8. Em 22/08/2019, este Juízo por força do Provimento 26/2017 da CGJ/AL reexaminou - e manteve - a prisão preventiva do acusado, ao passo que ratificou o recebimento da denúncia determinado a inclusão do feito em pauta de audiência de instrução e julgamento. 9. No dia 31/10/2019 às 11h00min, houve audiência de instrução com oitiva das testemunhas arroladas pelas partes e interrogatório dos réus. Ao final da respectiva audiência, a defesa dos acusados, com base no art. 402 do CPP, requereu diligências (expedição de ofício ao órgão responsável pelo monitoramento eletrônico para que informe o perímetro que o acusado Jackson dos Santos Silva percorreu no dia do delito, bem como os seus respectivos horários). 10. Em 7/11/2019 foi juntada a resposta à diligência requerida pela defesa do acusado. Nessa mesma data, abriu-se vista dos autos às partes para terem ciência da documentação juntada aos autos, pelo prazo de 5 dias. O processo aguarda o decurso desse prazo para, em seguida, as partes apresentarem as alegações finais."

Sob tal contexto, verifica-se que, *in casu*, o período transcorrido para a conclusão do feito não é excessivo pois, embora o recorrente esteja cautelarmente segregado há um ano, não se verifica a existência de sobressaltos que pudessem

configurar desídia por parte do Poder Judiciário, observa-se que as vias ordinárias diligenciaram no sentido de dar andamento regular ao processo, sem que se afira demoras aptas a justificar a revogação da segregação cautelar.

Ademais, em consulta ao sítio do Tribunal de origem (Ação Penal nº 0700094-93.2019.8.02.0070), verifica-se que as alegações finais já foram apresentadas, o que atrai a incidência do Enunciado Sumular n. 52 desta Corte, que dispõe: "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Confiram-se:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

GRAVIDADE CONCRETA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SÚMULA 52/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

3. Consoante orientação jurisprudencial desta Corte, os lapsos temporais indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso apenas pela soma aritmética dos prazos legais. De fato, em homenagem ao princípio da razoabilidade, admite-se certa variação nos referidos prazos, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

4. No caso, o acusado teve a prisão preventiva decretada em 16/11/2017 e realizada em 23/11/2017. O processo sempre foi despachado a tempo e a modo. A denúncia foi oferecida em 15/9/2018 e a resposta à acusação se deu em 31/1/2019, tendo sido designada a audiência de instrução e julgamento para 15/8/2019. A instrução criminal foi concluída na audiência realizada em 30/1/2020, tendo sido aberto prazo para apresentação de alegações finais em 5/2/2020.

5. Incidência, na espécie, da Súmula nº 52/STJ: "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

6. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RHC 120.002/AL, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 09/03/2020)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ESTELIONATO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. FEITO QUE TEM TIDO TRAMITAÇÃO REGULAR. NECESSIDADE DE OBSERVAR-SE O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA

52/STJ. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

V - Os prazos processuais não tem as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes).

VI - Na hipótese, verifica-se que os trâmites processuais ocorrem dentro da normalidade, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário, razão pela qual, por ora, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado.

VII - Consoante consignado pela eg. Corte de origem no v. acórdão: "conforme se verifica dos autos de origem, a instrução criminal se encerrou", razão pela qual fica superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, nos termos do Enunciado n. 52, da Súmula do STJ.

VIII - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Habeas Corpus não conhecido."

(HC 546.139/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 28/02/2020).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso. Recomenda-se, entretanto, de ofício, ao Juízo processante, que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/19. Recomenda-se, igualmente, celeridade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**  
Relator